



# Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 1978

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Valter Pietrângelo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Linneu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Manoel Gaona, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

Mensagens:

#### MENSAGEM N.º 70/78

Curitiba, 12 de julho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de junho de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de Grandes Rios, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça..

#### MENSAGEM N.º 71/78

Curitiba, 12 de julho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 16 de junho de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de São Tomé, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 72/78

Curitiba, 14 de julho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação, n.º 03/78, celebrado em 27 de junho de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de São José dos Pinhais, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da COMEC e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Parque Regional do Iguaçu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 73/78

Curitiba, 14 de julho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 11/78, celebrado em 27 de junho de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de São José dos Pinhais, com a participação da COMEC e interveniência da Secretaria do Planejamento e FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros no Parque Regional do Iguaçu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CARLOTA PIOLLI, ocorrido em União da Vitória.

A extinta era pessoa grandemente relacionada, deixa uma profunda lacuna entre seus amigos e parentes, portadora que era de espírito humanitário.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência à fa-

mília enlutada, na pessoa do Senhor Olívio Piolli, Estação da Rede Ferroviária Federal - União da Vitória.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Domício Scaramella.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de grande pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ COAS, ocorrido em União da Vitória, ferroviário aposentado.

Após a aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Domício Scaramella

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Curitiba, do Senhor AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO FILHO.

Cidadão exemplar, industrial dos mais brilhantes, membro de uma conceituada família paranaense, que tem produzido muito pelo desenvolvimento econômico do Paraná, tendo exercido até seu passamento a presidência das Indústrias Leão Júnior, empresa paranaense de renome nacional.

Quero outrossim, sejam enviadas cópias do inteiro teor do presente na pessoa da viúva, das Indústrias Leão Júnior, e de seus filhos na pessoa do Doutor Agostinho Ermelino de Leão Júnior, à Av. Presidente Getúlio Vargas n.º 253 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento nesta Capital da Professora Terezinha Lemos, natural e residente em Jacarezinho. A professora Terezinha de tradicional família daquela cidade, dedicou-se por longos anos ao magistério, onde conquistou admiração geral pela sua devoção à causa da educação.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, na cidade de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Wilson Fortes

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a Sua Excelência, o Senhor Ministro da Previdência Social, no sentido de ser instalada com urgência uma agência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, na sede do Município de Nova Esperança.

Tal apelo se faz, em razão do crescente desenvolvimento porque vem passando aquela região norte paranaense, concentrando em Nova Esperança um polo circundado por diversos municípios, que perfazem uma população superior a 70 mil habitantes, os quais têm que se deslocar para outros centros, a fim de receber assistência médica prestada por aquele Instituto.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Manoel Gaona

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI N.º 76/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da TELEPAR, a instalar na sede do Distrito de Casa Branca, Município de Xambrê, um Posto Telefônico.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Quielse Crisóstomo

## JUSTIFICATIVA:

A importância econômica do Distrito de Casa Branca, Município de Xambrê, está a exigir a sua integração à rede de comunicações que atende todo o Estado. Essa melhoria virá contribuir grandemente para a consolidação do desenvolvimento daquele distrito.

### PROJETO DE LEI N.º 114/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Deputado Benedito Lúcio Machado", a rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina, no mesmo Município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Gabriel Manoel

## JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Benedito Lúcio Machado, falecido no mês de julho do corrente ano, com a idade de 48 anos, nascido no Distrito de Platina, exerceu, apesar de jovem ainda, os cargos de Prefeito Municipal e Vereador do Município de Santo Antônio da Platina e com muito brilhantismo o de Deputado Estadual, na presente Legislatura, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro - M.D.B., exerceu-os com dignidade e honestidade, e na sua vida pública sempre foi fiel à mesma causa.

Nada mais justo que se homenageie àquele que foi um idealista e combativo homem público.

Face o exposto, esperamos o devido apoio dos ilustres Pares e posteriormente a aprovação da presente proposição que ora apresentamos.

### PROJETO DE LEI N.º 115/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a Escola de Comércio na sede do Distrito de Douradina, no Município de Maria Helena.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Douradina é densamente populoso e possui um colégio eleitoral superior a 5.000 eleitores. Supera quase a sede do município que é Maria Helena. Possui bons estabelecimentos de ensino, mas ressentem-se há muito tempo de uma Escola de Comércio.

Tendo em vista que a população jovem vem crescendo de ano para ano, é necessário oferecer a esta juventude os instrumentos necessários para que possa ter melhores oportunidades no trabalho e conseqüentemente, melhores condições de vida.

Por estas razões, esperamos que o presente projeto de lei mereça o apoio dos nobres Pares, bem como sua posterior aprovação.

## PROJETO DE LEI N.º 116/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal no Distrito Administrativo e Judiciário de Douradina, no Município de Maria Helena.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

A formação da juventude é o melhor dos investimentos que o Governo pode fazer. A formação de um corpo discente apto, bem preparado é a única forma de elevar o nível cultural de nossa gente.

Como instrumento de formação do magistério até a presente data, as Escolas Normais foram e continuam sendo os melhores meios de formar as professoras para os cursos básicos.

Douradina conta com uma população bastante grande e que vai crescendo cada dia. Possui condições materiais boas, graças a sua gente laboriosa. Desde anos, a população jovem vem pleiteando uma Escola para formar mestres e atender as crianças da cidade e das escolas interioranas.

Com vistas a esta situação e atendendo apelo daquela população propomos à consideração dos nobres Senhores Deputados esta proposição, e esperamos que ela merecerá o devido apoio e aprovação.

## PROJETO DE LEI N.º 117/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Governo do Estado a construir um poço semi-artesiano e reservatório de água, no Distrito de Douradina, no Município de Maria Helena.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

O crescimento da cidade de Douradina, postula a presença de obras públicas para ocorrer as necessidades da população. Entre outras obras que a cidade necessita com urgência é o abastecimento de água. Para isto é indispensável a construção de um poço semi-artesiano e um reservatório de água.

Com o presente projeto de lei, pretendemos que o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e com o concurso da Sanepar determine a construção desta obra que a cidade, há tanto tempo vem reivindicando.

Por estes motivos esperamos que esta Casa apoiará a nossa proposição e posteriormente aprovará a autorização.

## PROJETO DE LEI N.º 118/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a construir 8 (oito) salas de aulas através da Secretaria da Educação e Cultura, no Distrito Administrativo e Judiciário de Douradina, no Município de Maria Helena.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1978.

(a) Wilson Fortes

## JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Educação e Cultura, por intermédio da Fundepar, vem dotando o Paraná de uma das melhores infra-estruturas educacionais do País. São milhares de salas de aulas que anualmente se instalam no Estado.

Douradina, situada no Município de Maria Helena, é um

distrito populoso e em crescimento acelerado. As necessidades físicas dos estabelecimentos de ensino vão se tornando insuficientes para abrigar as crianças que demandam os bancos escolares.

Para oferecer à juventude de Douradina condições de estudo propomos que o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e da Fundepar dotem aquela cidade com mais 8 (oito) salas de aulas.

Estas são as razões que nos levaram a propor o presente projeto de lei autorizatório e esperamos que merecerá o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Manoel Gaona.

O SR. MANOEL GAONA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupando a tribuna pela primeira vez, nesta Casa, em primeiro lugar, quero agradecer aos Deputados, aos membros, a minha acolhida. Portanto, nossos sinceros agradecimentos, a todas aquelas pessoas que foram ao meu encontro, neste instante difícil, em assumir um mandato no final.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa responsabilidade aumentou muito. Porque assumimos em lugar de um ex-Deputado que muito trabalhou aqui dentro. Que muito fez pelo nosso Estado; que realmente, vivia o tempo todo dando de si, àqueles que o elegeram. Mais uma vez nós queremos confirmar aquilo que dissemos: queremos devolver aos nossos eleitores, ao povo do Paraná; que confiaram em nós, com a nossa simplicidade e com a ajuda do grande Arquiteto do Universo, que daremos da nossa humildade, daremos nós, aquilo que possuímos, portanto, se Deus quiser, não decepcionarei nenhum dos meus eleitores e nenhum daqueles que junto comigo batalharam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa missão nesta Casa, integrantes do Partido da Oposição, companheiros que vamos assumir a responsabilidade de fiscalizar e de atuar junto a esta Casa, queremos ser fiel ao nosso Partido, queremos ser fiel ao Paraná e ao Brasil. Estaremos vigiando e atuando de maneira compreensiva, para que possamos realmente, nesses seis meses, representar a nossa região. Região do Norte paranaense, região de Nova Esperança, onde realmente, ali residíamos há muitos anos.

Portanto, nós queremos apenas, dizer aqui nesta Casa, que a nossa atuação será, pouco tempo, mas, marcaremos a nossa passada.

Neste instante, mais uma vez, deixaremos para um outro momento, a nossa palavra, e agradecemos ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, que realmente, nos deram muito incentivo.

O nosso muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência em nome da Comissão Executiva e da Mesa, cumprimenta o Sr. Deputado Manoel Gaona, na primeira oportunidade que tem, de em Plenário, conviver com S. Ex.ª. Deseja ao Sr. Deputado, toda a sorte de felicidades, no convívio com os Srs. Parlamentares, representante da gente paranaense desta Casa.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iniciamos o segundo semestre de 78, com a esperança mais uma vez renovada, de dias melhores, para a Nação brasileira, em que possamos caminhar para o reencontro com os caminhos da Democracia.

E Sr. Presidente, venho a esta tribuna com satisfação, porque o desespero de alguns, sempre têm demonstrado claramente a perda de uma batalha. São cartas anônimas que se remetem, são congressos esquisitos que se fazem e são atentados a órgãos de imprensa que procuram, dentro de sua linha edi-

rial, levantar problemas, debater questões, propor alternativas e defender pontos de vista.

Ainda agora, a imprensa do Paraná e do Brasil, retratou ações de desespero, de fascínoras da extrema-direita, auto denominados de "Comando de Caça aos Comunistas", de auto denominados de "Ala 233", a tentar intimidar, com ações de terrorismo, a integridade física, a integridade empresarial, daqueles que procuram levantar ou debater problemas no crepúsculo desta noite negra porque passamos, mas mostrando claramente, Sr. Presidente, que dentro de breves dias, a luz redentora da Democracia há de voltar a este País.

(Lê): "Editora Aparte S/A

As entidades democráticas de nossa cidade, "O Jornal Em Tempo", em sua edição de n.º 17, publicou parte de um documento escrito e assinado por 13 presos políticos da Penitenciária Barro Branco, São Paulo, que denunciaram seus torturadores. Trata-se de um documento minucioso. Posteriormente, na edição de n.º 19, publicamos uma reportagem com o ex-chefe do Cenimar em Belo Horizonte, Nelson Sarmento, o qual dirigira-se por carta à Editora Aparte, reclamando sua exclusão da lista dos 233, por não ser torturador, mas, ao mesmo tempo, indicando o nome de mais 4 pessoas ligadas aos órgãos de repressão que teriam praticado torturas.

No dia 24 do corrente, nossa sucursal em Curitiba, foi invadida por elementos terroristas que, intitulando-se membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), picharam paredes e móveis da sucursal com os dizeres "CCC - Ala dos 233", numa clara alusão às matérias publicadas em nosso jornal, numa tentativa também clara de intimidar nossos funcionários e nosso jornal.

Em virtude disso, vimos por intermédio da presente encaminhar a Nota Oficial da Diretoria do Jornal em Tempo, publicado por esta editora, bem como cópias dos exemplares acima citados, e fotocópias das notícias publicadas na imprensa local sobre o ocorrido.

Também vimos, por meio desta, pedir vossa solidariedade aos trabalhos que se desenvolvem em todo o País pelo fim da repressão e opressão política contra as camadas populares, pelas liberdades democráticas e especialmente pela liberdade de imprensa, objetivos pelos quais trabalhamos e pelos quais viemos a sofrer represálias de organismos de extrema-direita.

Atenciosamente

(a) Reinoldo da Silva Atem

Representante da sucursal de Curitiba  
do Jornal em Tempo"

E segue a Nota Oficial: (Lê):

#### "DIRETORIA DO JORNAL EM TEMPO

A Diretoria do jornal "Em Tempo" vem a público para denunciar a invasão da sede da sua sucursal em Curitiba, situada na Rua José Loureiro, edifício Mauá, sala 1203, no dia 24, por elementos da organização para-militar e terrorista autodenominada Comando de Caça aos Comunistas - CCC, fato que se constitui em mais um atentado à liberdade de imprensa.

Na nossa edição n.º 17, publicamos parte de um documento assinado por 13 presos políticos da Penitenciária Barro Branco, São Paulo, que denunciaram seus torturadores. Trata-se de um documento minucioso, relatando mais de 20 métodos de tortura, o assassinato de 16 presos políticos e acusando 233 policiais e militares como responsáveis pela prática de torturas.

Agora, num ato de desespero e tentando nos intimidar para que denúncias deste porte não sejam levadas a público, elementos do CCC invadiram a sede da nossa sucursal em Curitiba, picharam as paredes e os móveis com "spray" e roubaram documentos administrativos. Identificando-se claramente com os torturadores denunciados pelos presos políticos do Barro Branco, estes membros do Comando de Caça aos Comunistas picharam nossa sucursal de Curitiba com os

seguintes dizeres: "CCC - Ala Os 233".

A ação desta organização de extrema-direita em Curitiba já é de conhecimento do público do Estado do Paraná, e nacionalmente, e apenas o Secretário de Segurança deste Estado, general Alcindo Pereira Gonçalves, insiste em negar o óbvio: os seqüestros e cartas de ameaças do CCC a estudantes, jornalistas, professores, parlamentares e líderes classistas. Apesar de todos estes atos, o Secretário de Segurança chegou à conclusão de que o CCC não existe no Paraná!

A invasão da nossa sucursal não é um ato isolado do Comando de Caça aos Comunistas e deve ser visto como um atentado às liberdades democráticas e especialmente à liberdade de imprensa. Fatos como este vêm a provar que o fim da censura prévia não garante a liberdade de expressão, pois a imprensa — particularmente aquela comprometida com a denúncia do caráter autoritário do regime e da opressão política sobre os trabalhadores e demais camadas populares, continua sendo perseguida pelo regime militar e se constitui num alvo predileto de organizações de extrema-direita, tipo o CCC."

Assina Tibério Canuto, Diretor Presidente.

Senhor Presidente e junto seguem ainda recortes do noticiário da imprensa do Paraná, mostrando a depredação tentada contra a sucursal do jornal "Em Tempo", em Curitiba.

Coisa que apenas o Secretário de Segurança Pública do Estado, nega a existência deste tipo de organização.

Sr. Presidente, fica registrada a nossa posição. Muito claro, muito evidente, mas, acima de tudo, não uma posição, de que um protesto, não uma posição de que um contexto... Pelo contrário, a posição de quem vem a público, desta tribuna, e vem pedir ao povo do Paraná que se entusiasme ainda mais, que o desespero dos homens do lado de lá, significa claramente que a Democracia está voltando a este País.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente cedido à bancada. — (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, a liderança do MDB não poderia deixar, nesta oportunidade, de lembrar a este Poder, uma notícia que hoje passa a circular e que interessa, principalmente a todos os funcionários e a todas as pessoas residentes neste Estado, que tenham interesses, ou tenham alguma vinculação com os poderes públicos do Estado do Paraná.

Trata-se, Sr. Presidente, da abolição, por parte da Secretaria de Segurança Pública deste Estado, do Atestado Ideológico.

Foi nesta Casa, Sr. Presidente, ainda quando líder do MDB, que o Deputado Osvaldo Macedo apresentou aqui neste Poder Legislativo um projeto de lei que visava extinguir o atestado ideológico.

Foi aqui neste Poder, Sr. Presidente, que esse projeto recebeu aprovação. E, lamentavelmente, recebeu o veto governamental, para posteriormente a Casa, através da maioria, refluir da posição anterior e aceitar o veto governamental.

Eis agora, Sr. Presidente, que o Executivo toma a iniciativa de abolir o atestado ideológico.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que passado tão pouco tempo, mais uma vez, este Poder se sinta diminuído, mais uma vez este Poder perca, gradativamente, as parcas condições de iniciativas legislativas que já tem. Porque, se, hoje, o atestado ideológico não mais existe no Paraná, foi graças à posição deste Legislativo, graças à posição de todos os Deputados que, inicialmente, aprovaram o projeto. E o lamentável, é que, depois, tenham voltado atrás.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o MDB se sente engrandecido, nesta oportunidade, porque embora seja uma

concessão do Poder Executivo, não temos dúvida nenhuma de afirmar sobranceiramente que pela iniciativa de um Deputado de nosso Partido essa conquista se fez, como se fará a conquista pelas eleições diretas, neste País.

Porque, se um Senador do MDB apresenta uma emenda ao "pacote de abril" não é por vaidade pessoal, mas é por exigência que a coletividade, que o cidadão brasileiro tem.

Portanto, Sr. Presidente, se o projeto de lei do MDB é vetado, e, posteriormente o Executivo concede, os méritos não são seus, porque ele nada mais faz do que acatar uma pressão legítima, uma aspiração legítima daqueles que, realmente, têm que ter seus direitos respeitados.

Ao terminar o atestado ideológico no Paraná, depois de 30 anos de sua exigência, se descortina — até em termos culturais, uma nova era.

E oxalá tenhamos todos nós, todos os paranaenses, a satisfação de ver que, neste Estado, não apenas cai o atestado ideológico, de que nesta terra, neste País, também se possa respirar o clima total dos direitos humanos que todos têm direito. E que, hoje, infelizmente, estão turbados, infelizmente estão cerceados, e infelizmente, pela exceção que nos domina, que nos atormenta, não podem ser usufruídos na sua inteireza, na sua integridade.

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, temos de cumprimentar o Sr. Governador pela concessão — não acredito — mas pelo reconhecimento de um direito, o direito de ser livre. Mas, ao mesmo tempo, ficamos com uma pergunta atravessada, como ficam aqueles que, com a subserviência costumeira, dão pareceres favoráveis a certos projetos de lei, votam favoravelmente a certos projetos de lei, e depois, a mando dos donos do poder, subservientemente nesta Casa, retiram esses apoios.

Que situação desagradável para mim, paranaense, saber que temos representantes que, subservientemente, aos donos do poder, votaram a primeira vez pelo fim do atestado ideológico. E aí estão nos arquivos desta Casa, pareceres de alguns Deputados favoráveis ao projeto do Deputado Macedo. Depois, o veto apostado pelo Sr. Governador, a subserviência foi mais forte e o veto foi mantido. Espero que essa subserviência não ocorra quando discutirmos nesta Casa, o quadro de funcionários, que está mais uma vez, hoje, na Ordem do Dia, a ser remendado. Espero que os funcionários desta Casa mereçam o respeito dos Senhores Deputados, e reconheçam que a subserviência não leva a nada, e a prova está quando o Sr. Governador reconhece, como reconhecia o Deputado Osvaldo Macedo, através do seu projeto de lei, o Sr. Governador reconhece que o professor, que o funcionário, enfim, todos aqueles que servem este Estado, têm o direito de ser livres onde quer que seja.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, de que realmente a coerência parlamentar não pode ser encarada como problema individual, porque se hoje existe apenas dois partidos, e quando esses dois partidos, unanimemente, como foi o caso, nesta Casa, aprovar um projeto de lei e razão nenhuma existia para que houvesse o veto, posteriormente esta Casa não podia refluir da posição anterior, mas como se diz no jornal de hoje, que em política faz-se o que pode, muitos procuram fazer o que podem e cada um dá o que tem.

Acredito, Sr. Deputado, que hoje, muitos professores, muitos funcionários públicos deste Estado, estão a se indagar, principalmente aqueles que perderam uma oportunidade de lecionarem neste Estado, porque não conseguiram um atestado ideológico, depois que esse projeto foi aprovado. Como aquele célebre caso de um médico que ingressou no INPS em Paranaguá, e depois a DOPS, num ofício encaminhado àquele Instituto, dizia que o atestado ideológico havia sido conferido por equívoco e aquele médico foi dispensado do INPS.

Ingressou ele com um mandado de segurança, na justiça e obteve ganho de causa. Foi um único caso, a exceção à regra,

para confirmar realmente a regra. Então, hoje, todos aqueles que foram barrados, porque não conseguiram um atestado ideológico, todos aqueles que foram prejudicados em seus direitos, e aí está um exemplo do desrespeito aos direitos humanos. Todos aqueles hoje, devem se perguntar: por que pagaram uma pena de um crime que não cometeram?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos reconhecer neste ponto, que o Sr. Governador, embora tenhamos discordado quando apresentou o veto e não existia razões para o veto, ele posteriormente tenha dado ordens, para que, através de outros expedientes, e não diretamente assumisse o atestado ideológico.

Talvez tenha faltado ao Governador, assumir uma posição, porque bem no íntimo ele reconhecia de que o projeto era legítimo, e o projeto era necessário.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Jurandir Messias. O Sr. Jurandir Messias — Deputado Sguarezi, eu quero primeiro me parabenizar com V. Ex.<sup>a</sup>, pelo pronunciamento e pela causa que defende e traz à tribuna. Realmente, aquele projeto mencionado pelo Deputado Deni Schwartz, recebeu desta Casa uma aprovação, e eu tenho certeza e lembro-me bem, por unanimidade.

Quando da apreciação do veto apostado pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, ele recebeu também, a aprovação; mas, lembro-me também, Srs. Deputados, que as razões os fundamentos do veto, eram suficientes e convincentes e, por essa razão, os subservientes, em que eu me incluo como um deles, houveram por bem votar favoravelmente ao veto.

Mas, entendemos, Srs. Deputados, que aquilo que está errado, aquilo que a Assembléia, muitas vezes impensadamente aprova, porque entende também, que o projeto é do interesse no caso específico, daqueles que pretendem ingressar na carreira do Magistério, principalmente, então, os Srs. Deputados, eu me incluo também como um deles, tomam, muitas vezes, medidas precipitadas; deixam de buscar as leis para ver onde e como se deve aprovar uma matéria de lei e, o caso é específico, quando da aprovação do projeto que abolia a certidão da DOPS, para esses casos. Então, entendemos também, Sr. Deputado, que os subservientes, estão aí para votar, não só as leis palacianas, aquilo que é encaminhado e trazido através do Palácio, mas, votamos com coerência, votamos com honestidade, principalmente, procuramos junto com aqueles que não são subservientes, trazer alguma coisa de útil à comunidade.

E, se erramos, é porque, muitas vezes queremos acertar e, neste caso principalmente, nós aceitamos, eu aceito, principalmente, vou discriminar a minha pessoa como um dos subservientes que errou, mas que errou conscientemente, porque aquele projeto era inconstitucional, não poderia receber, desta Casa, a aprovação.

Eu digo principalmente ao meu amigo, eminente Deputado Deni Schwartz, que quando aprovamos o projeto, ele feriu diretamente as leis maiores do Estado, ele feria o Tesouro, ele feria a arrecadação e, tudo aquilo que vai de encontro à arrecadação do Estado do Paraná, quando se mexe no dinheiro do Estado, nós não temos condições, nós não temos meios de apresentar projetos dessa importância, e foi por isso que o Sr. Governador vetou aquele projeto.

Mas, como homem sensível, como homem humano que é conhecedor das necessidades da nossa gente e nosso povo; ele mesmo entendeu e, ele mesmo, resolveu o problema e, diga-se, Srs. Deputados, que só ele tem condições, infelizmente, esta Casa, o Sr. como Deputado, brilhante que é, que está defendendo esta causa e eu me ponho ao seu lado, nem o Sr. nem eu e nem o Presidente desta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, teria condições de resolver aquele problema e, tão somente, o Governador do Estado. E aí está V. Ex.<sup>a</sup>, na tribuna, neste dia, para elogiar, a dizer da sua satisfação porque o Governador do Estado resolveu o problema, o problema que todos nós queríamos, que

todos nós tínhamos interesse. E é por isso que este subserviente está ao seu lado e me parabenizo com o vosso pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI – Eminentíssimo Deputado Jurandir Messias.

V. Ex.<sup>a</sup> parece não ter entendido bem o que eu estava afirmando. Se por um lado eu me parabenizo com a atitude do Governador, ele estava, exatamente, dizendo que também lamentava porque ela teria vindo no mesmo dia, a Mensagem, por iniciativa do Governador, no dia que ele após o Veto, é não um lapso de tempo de mais de ano. Porque esse lapso de tempo de mais de ano, várias vítimas do atestado ideológico caíram, neste Estado.

E, para concluir...

O Sr. Jurandir Messias (Aparte) Nunca é tarde, Deputado, para se corrigir alguma coisa, ou o erro, ou mesmo aquilo que se está para consertar. Nunca é tarde. E foi o caso em tela. O SR. NILSO SGUAREZI – Nunca é tarde, talvez para a coletividade. Mas os que tiveram o seu direito individual lesado, o nobre Deputado não pode desconhecer. E dizia o Deputado Osvaldo Macedo na justificativa do seu projeto, e eu desejo concluir, para que fique na Casa registrado. (Lê justificativa) – (Não foi encaminhado à Divisão de Taquigrafia).

Graças a Deus, a partir de hoje, ninguém ficará mais sob o peso de um esbirro, ou sob o dedo duro de qualquer alcaçula.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Consulto à Liderança da ARENA, sobre se deseja ocupar o espaço que o Regimento Interno lhe confere.

O SR. BASÍLIO ZANUSO – Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. – Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. – Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. – Apoiados. – Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 86/78, que estabelece novos horários para realização de Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. – Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 05/78, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo isentar de contribuições previdenciárias os servidores inativos, civis e militares e autárquicos, sem prejuízo dos benefícios previdenciários e assistenciais da legislação específica e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. BASÍLIO ZANUSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSO – Requeiro verificação de “quorum”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) A Presidência defere

e vai colocar em votação, depois de encerrada a discussão da matéria, para verificação de votação, com vistas à observância de existência de “quorum” para deliberação.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 05/78. Encerrada a discussão. Em votação com o pedido de verificação de “quorum” do Sr. Deputado Basílio Zanusso. A Presidência colocará a matéria à consideração do Plenário.

Regimentalmente, de forma inversa, em votação o Projeto de Lei n.º 05/78. (Pausa).

(É feita a verificação).

12 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão e nem para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 4, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E

##### COMUNICAÇÕES

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA – 8ª LEGISLATURA

##### ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Sob a presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, presentes os Senhores Deputados conforme lista de presença remetida ao Senhor Presidente da Casa, para os devidos fins, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, não havendo expediente sobre a mesa, o Senhor Presidente passou de imediato à Ordem do Dia: – PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/78, Oriundo de Mensagem n.º 19/78, ex-Proposição n.º 104/78, que aprova termo de Convênio entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgão específico, com o Município de Faxinal, para obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Relator o Senhor Deputado Alfredo Gulín, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada, bem como por mim, Secretário .....

(aa) FUAD NACLI – Presidente

Roberto Dinis Satyro – Secretário

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E

##### COMUNICAÇÕES

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA – 8ª LEGISLATURA

##### ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli. Presentes os Senhores Deputados conforme lista de presença remetida ao Senhor Presidente da Casa, para os devidos fins. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à Ordem do dia: – PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55/78, Mensagem n.º 53/77, ex-Proposição n.º 260/77, que aprova Termo de Convênio entre o Governo do Estado do Paraná, com o Município de Ubatã, para execução de reparos no prédio do Grupo Escolar “Quintino Bocaiúva”, na sede daquele município. Relator o Senhor Deputado Alfredo Gulín, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/78, Mensagem Governamental n.º 37/78 - ex-Proposição n.º 123/78, que aprova Termo de Convênio entre o Governo do Estado do Paraná com o Município de Presidente Castelo Branco, para obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Relator o Senhor Deputado Lineu Turra, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 48/78, Mensagem n.º 11/78, ex-Proposição n.º 96/78, que aprova Termo de Convênio com o Governo do Estado do Paraná com o Município de Marilena, para obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Relator o Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois



de lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada, bem como por mim, Secretário

(aa) FUAD NACLI — Presidente  
Roberto Diniz Satyro — Secretário

# PORTARIAS:

## PORTARIA Nº 267/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6079, de 22 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

CASEMIRO MARQUES — Mat. 529 — OSG PL "23"

IGLAIR SMANIOTTO — Mat. 298 — OAPL "23"

JOSÉ RENATO DUARTE — Mat. 039 — CL

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 268/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7162, de 31 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula nº 254, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 1.º de agosto de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 269/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7003, de 21 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar, GESNER MANFRINATO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado HÉLIO MANFRINATO, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 04 de julho de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 270/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7175, de 31 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, ao funcionário JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO, matrícula nº 500, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 271/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7122, de

27 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder à funcionária IZAURA BUENO, matrícula nº 204, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1978, a partir de 1.º de agosto de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 272/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7104, de 25 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, ao funcionário JOSÉ TARQUÍNIO ISFER, matrícula nº 125, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 273/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6795, de 11 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

designar LÍDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 10 de julho de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 274/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7221, de 1.º de agosto de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, ao funcionário JOSÉ SUPLICY DE LACERDA, matrícula nº 314, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Dentista, do Grupo Ocupacional de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA Nº 275/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7180, de 31 de julho de 1978, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

FLORIPES ALVES BOSCHI — Mat. 197

HONÓRIA CORDEIRO — Mat. 201

JOSÉ DA TRINDADE — Mat. 503

NOIR PACHECO — Mat. 482

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 276/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7258, de 02 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário HILTON RONALD ALICE, matrícula n.º 044, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 07 de agosto de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 277/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7240, de 1.º de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária MARIA DO ROCIO WITOSLAWSKI, matrícula n.º 425, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 278/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7178, de 31 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário BELMIRO MARTINS, matrícula n.º 282, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 246/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6517, de 04 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ERNESTO PERACETTA, matrícula n.º 548, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — 2.º Secretário

— Republicado, por motivo de incorreção.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 378/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6695, de 07 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ADAIRTON BORGES DOS SANTOS, matrícula n.º 276, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 379/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6529, de 04 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 380/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5889, de 19 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RONALDO LOPES LINHARES, matrícula n.º 086, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 381/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6362, de 30 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, matrícula n.º 355, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relati-



vas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 382/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6310, de 28 de junho de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, ao acervo de serviço público de CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n.º 489, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, para todos os efeitos legais, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 18 de janeiro de 1973 e 18 de janeiro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 383/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6061, de 22 de junho de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula n.º 512, ocupante do cargo de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1976 e 1977, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da já mencionada Lei n.º 6174, para todos os efeitos legais, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 10 de abril de 1973 e 10 de outubro de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e das férias dos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 384/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6219, de 27 de junho de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das

férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 385/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6042, de 22 de junho de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar pagar a MARIA ELIZA MORO, exercendo o cargo de Assessor de Gabinete, provido em Comissão, no cargo de símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros, as quotas de salário família correspondente aos seus dependentes: IDALINA, VLADIMIR E VICTOR MORO (filhos), a partir de 03 de junho de 1976, nos termos do Art. 196, inciso II, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 386/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6528, de 04 de julho de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — tornar sem efeito o Decreto Legislativo n.º 650/78, de 11 de outubro de 1977, que concedeu licença especial a IZABEL FREITAS, matrícula n.º 534, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tendo em vista que a requerente não usufruiu a referida licença e optou pela transformação em acervo de serviço público; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1973 e 1.º de agosto de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 387/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6721, de 10 de julho de 1978, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder à funcionária SOFIA KOLOSOVSKI, matrícula n.º 528, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 388/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6220, de 27 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n.º 228, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1977, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da já citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1973 e 1.º de maio de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao seu segundo quinquênio e das férias referentes ao ano de 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 389/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6528, de 28 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula n.º 135, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 12 de abril de 1978, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 390/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6539, de 04 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, ao funcionário JOSÉ DE ARITMATHEA CLETO, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos a partir de 27 de agosto de 1977, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 391/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6470, de 04 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à FUNCIONÁRIA MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, matrícula n.º 274, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de julho de 1978, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 392/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6043, de 22 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ACIR VILLATORE, matrícula n.º 364, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 12 de janeiro de 1965, e 12 de novembro de 1973, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 27 de março de 1976, data em que, em razão da incorporação retro e das férias de 1965 a 1971 e 1974 e 1975, contadas em dobro, completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 393/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6795, de 11 de julho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo n.º 566/77, que designou LÍDIA MUCHINSKI, matrícula n.º 487, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3.ª Secretaria, a partir de 10 de julho de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 394/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7217/78, de 1.º de agosto

to de 1978, deste Poder,

# RESOLVE:

aposentar a pedido, nos termos do Art. 138, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, matrícula n.º 105, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 37.912,91 (trinte e sete mil, novecentos e doze cruzeiros e noventa e um centavos), mensais e integrais, incluídos neste total cinco triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 02/64, vinte e cinco por cento (25%) de acréscimos quinquenais incorporados nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; quinze por cento (15%) de adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei; Gratificação de Produtividade conforme Art. 1.º da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974; Função Gratificada Símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976; Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 395/78

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6884, de 17 de julho de 1978, deste Poder,

# RESOLVE:

I — mandar contar, em favor de MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula n.º 465, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03/12/75, o tempo de 04 (quatro) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1976 e 1977, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 148, da supra citada Lei n.º 6174, o tempo de 06 (seis) meses, correspondente ao dobro da licença especial que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo quinquênio, compreendido entre 08 de setembro de 1969 e 08 de março de 1974, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro quinquênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais 5% (cinco por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 08 de janeiro de 1978, data em que completou 15 (quinze) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, antecipada em razão da incorporação supra, referente ao segundo quinquênio e da contagem em dobro das férias de 1976 e 1977, retro, perfazendo um total de 15% (quinze por cento).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 396/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6807, de 12 de julho de 1978, deste Poder,

# RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro quin-

quênio, compreendido entre 05/08/68 e 05/08/73, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16/11/70;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da já citada Lei n.º 6174, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03/12/75, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar; e,

III — conceder o acréscimo de mais 5% (cinco por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 5 de dezembro de 1977, data em que, em razão da incorporação retro e da contagem em dobro das férias de 1976, completou 10 (dez) anos de serviço público, perfazendo um total de 10% (dez por cento).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 397/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6969, de 20 de julho de 1978, deste Poder,

# RESOLVE:

conceder ao funcionário JOSÉ JOAQUIM, matrícula n.º 698/78, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 06 de julho de 1978, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 398/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6915, de 18 de julho de 1978, deste Poder,

# RESOLVE:

exonerar a pedido NATELCIA CHAGAS, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Benedito Lúcio Machado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 399/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6915, de 18 de julho de 1978, deste Poder,

# RESOLVE:

prover, NATELCIA CHAGAS, no cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado MANOEL GAONA GARCIA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 400/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista do que consta do processo protocolado sob o n.º 6727, de 10 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE :

conceder a ZELI AURELIANO DA SILVA MACHADO, viúva do ex-Deputado BENEDITO LÚCIO MACHADO, falecido no dia 04 de julho do corrente ano de 1978, nos termos das Leis n.ºs 4.763 e 54, de 05 de 22 de novembro de 1963, com nova redação dada pelas Leis

n.ºs 6.468, de 18 de outubro de 1973 e 6.911, de 02 de setembro de 1977, a pensão mensal de valor equivalente a 03 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2.º Secretário